

UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE APRENDIZAGEM DO PROFESSOR COORDENADOR PEDAGÓGICO

11/2011

Formação de Educadores

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

BEZERRA, Rinalda Carlos
rinaldabc@terra.com.br

RESUMO

A pesquisa de doutorado em andamento busca investigar o processo de aprendizagem do Coordenador Pedagógico em condições de formação continuada, mediante o cenário sócio, político, econômico e cultural das escolas públicas de Educação Básica do Estado de Mato Grosso. O lócus da pesquisa é o Centro de Formação e Atualização dos Professores (CEFAPRO) na cidade de Cáceres-MT, pólo que atende a 12 municípios, perfazendo um total de 54 escolas, em que todas dispõem de coordenador pedagógico. Inicialmente, serão utilizados para coleta de dados: observação das práticas de formação viabilizadas aos sujeitos estudados, entrevista semi-estruturada e relatos biográficos. Os autores estudados serão: Placco (2008), Dubar (2005), Aguiar (2001), Pino (2000) e Vigotski (2000) e Souza e Souza (2010). Na revisão das produções que abordam a realidade do Coordenador Pedagógico no cenário brasileiro, observou-se que os estudos voltados para os processos de aprendizagem do Coordenador Pedagógico, não aparece como aspecto a ser considerado pelos órgãos públicos de formação continuada.

Palavras-chave: Formação continuada; processo de aprendizagem; Coordenador Pedagógico.

INTRODUÇÃO

A pesquisa exploratória realizada em outubro de 2009, com professores gestores da Rede Estadual do Mato Grosso, no Município Cáceres visou investigar as práticas de

inserção, atuação e formação continuada voltadas para o Professor Coordenador Pedagógico (PCP) revelou indefinição de uma política de formação que assegure um trabalho sistematizado, que garanta o aproveitamento efetivo das propostas de formação continuada destinadas a esses profissionais. Acrescido a isso, mediante revisão das produções de teses e dissertações em duas décadas no território brasileiro, foi possível delinear o objeto da presente pesquisa de doutorado que pretende investigar como o Professor Coordenador Pedagógico apreende e atualiza sua função a partir das práticas de formação continuada. O lócus de investigação é o Centro de Formação e Atualização dos Professores (CEFAPRO) em Cáceres, pólo que atende a 12 municípios, perfazendo um total de 54 escolas, em que todas dispõem de coordenador pedagógico. O referido órgão faz parte das 15 unidades distribuídas pelo Estado de Mato Grosso destinado a oferecer formação continuada às escolas do Ensino Básico. Dirigidos pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso (SEDUC), além de assistirem às escolas da rede estadual, quando solicitados, os CEFAPROs prestam serviços à rede municipal.

Por outro lado, ao investigar as produções acadêmicas que envolvem teses e dissertações, possibilitam-me afirmar que das 145 pesquisas produzidas no período entre 1990 e 2010 foi possível identificar 27 teses e 118 dissertações que mencionam o PCP quer nos seus objetivos, quer nos resultados decorrentes das investigações realizadas. Vale esclarecer que os aspectos analisados foram extraídos dos resumos fornecidos pelos sites da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Domínio Público focalizando-se o ano, os autores, as instituições formadoras, os títulos e resumos, cujo processo de identificação temática se deu mediante a inserção das palavras-chave: coordenador pedagógico e coordenação pedagógica. Ressalta-se aqui que tivemos de fazer uma opção pelas terminologias adotadas para estabelecer um critério de identificação dessas produções, tendo em vista a diversidade de nomenclatura que recebe o PCP nos estados da federação brasileira que a nosso ver, este aspecto, caberia outra análise.

Neste momento da pesquisa intenciono delinear aspectos que corroboram para a constituição identitária do Professor Coordenador Pedagógico (PCP) em condições de formação continuada, ao mesmo tempo em que volto meu olhar para compreender o cenário em que se insere esse profissional, lócus determinante dos processos na constituição dessa identidade profissional.

APRESENTANDO A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Em considerando que esta pesquisa circunscreve-se no contexto educacional do Estado de Mato Grosso, recorro aos documentos oficiais que orientam e determinam a criação do cargo de Professor Coordenador Pedagógico. Portanto, em cumprimento à LDB 9.394/96, o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Lei Estadual nº 7.040, de 01/10/98, regulamenta o sistema eletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar nas Unidades de Ensino. Nesse caso, as instâncias de decisão deslocam-se da figura de um só administrador (o Diretor), para ser divididas com os atores sociais envolvidos com a instituição educativa.

Desde então, as escolas vivenciam mudanças que visam alcançar o tão proclamado ensino de qualidade, tendo em vista a diminuição dos baixos índices de desempenho apresentado pelas escolas da Rede Pública de ensino do Estado de Mato Grosso, conforme índices apresentados pelo SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica). Neste intento, programas de formação continuada, criação de órgãos, pacotes, parcerias com instituições privadas e tantos outros empreendimentos constituem ações do Estado/MT para sanar o problema da baixa qualidade do ensino público.

No que concerne à legitimidade do PCP, a Lei Complementar 206/04- MT dispõe sobre alterações na Lei Complementar 50, de 1º de outubro de 1998 que institui as Funções do

Coordenador Pedagógico. Segundo esta Lei, cabe ao PCP: o acompanhamento do corpo docente no que toca a sua formação nos aspectos físicos, cognitivos, psicológicos e culturais; é responsável pela formação continuada do corpo docente; articula a elaboração do Projeto Pedagógico, fazendo com que seja vivenciado o que preceitua tal projeto; acompanha o processo de implantação das diretrizes da Secretaria de Estado de Educação, entre outras funções.

Em meio ao cenário de exigências e mudanças constantes advindo das inúmeras reformas educacionais promovidas pela administração pública, encontra-se o PCP buscando legitimar sua identidade, construindo territorialidade, sofrendo ainda influências do referencial de hierarquia das funções na instituição escolar instauradas nas décadas de 20 e 30 do Século Passado (MATE, 2007).

Apesar do PCP ser eleito pelos seus pares, tal como recomendam as diretrizes legais, este enfrenta resistências, no seu cotidiano de trabalho, advindas dos próprios pares que o elegeram, conforme alerta Guimarães (2000). Diante desse quadro, busco compreender essas resistências, a partir das considerações desta autora ao afirmar que a escola é um universo complexo em que “[...] há uma finalidade aparentemente conhecida e consagrada em torno da qual se aglutinam pessoas muito diferentes, que desempenham funções variadas, com atribuições, expectativas e demandas diversas”. (GUIMARÃES, 2000, p. 37)

Para a referida autora, essa certeza tem gerado conflito, e é neste contexto em que trabalha o PCP. No entanto compreender e superar os problemas decorrentes das funções que lhe são inerentes, o PCP deve considerar três níveis de atuação: a resolução dos problemas instaurados; a prevenção de situações problemáticas previsíveis e a promoção de situações do ponto de vista educativo e socioafetivo.

Garrido (2008, p. 10) afirma que, ao promover a reflexão sobre as opções pedagógicas dos professores, o PCP propicia a tomada de consciência no sentido de compreender e superar a realidade. Porém, a autora acrescenta que esta não se resume numa “tarefa técnica”, porque “[...] mudar práticas significa reconhecer limites e deficiências no próprio trabalho”, o que explica as atitudes de resistência às mudanças por parte de muitos professores.

Placco & Silva (2008) discorrem sobre as possibilidades que a palavra formar poder sugerir, no sentido de formar em relação a quê, tendo em vista as proposições de formação continuada praticadas pelas instituições de ensino. Isto porque:

[...] programas são definidos, cursos são desencadeados, conferências são proferidas, mas não se questiona para quem são dirigidos, quais as necessidades dos que deles participam, em que medida influenciam os professores a quem são destinados e como são traduzidos posteriormente em ações concretas nas escolas (PLACCO & SILVA, 2008, p. 29).

Nesse complexo universo de exigências, mudanças e determinações em que questiono: como o PCP aprende a ser coordenador, que caminho(s) teórico/metodológico(s) viabiliza(m) acesso à aprendizagem deste sujeito adulto, para que ele possa exercer sua função, tendo em vista a dinamicidade do seu papel?

A pesquisa tem a preocupação de focar o PCP, sua condição de sujeito, adulto aprendente que ensina outros sujeitos adultos, os professores. A intenção primeira é conhecer as práticas de formação continuada voltadas para os PCPs das escolas públicas de Ensino Básico desenvolvidas no CEFAPRO de Cáceres.

Para tanto, esta pesquisa se circunscreve na abordagem qualitativa, o que pressupõe um olhar nos dizeres, nos valores, nas formas instituídas e instituintes dos sujeitos que interagem nos universos estudados.

A epistemologia qualitativa defende o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, o que de fato implica compreender o conhecimento como produção e não como apropriação linear de uma realidade que se apresenta. Portanto, para uma compreensão do fenômeno, implica aproximar-se dele e apreendê-lo em sua natureza constitutiva com a complexidade que o envolve, considerando-se as determinantes históricas que o compõem e a “capacidade de gerar campos de inteligibilidade que possibilitem tanto o surgimento de novas zonas de ação sobre a realidade, como de novos caminhos de trânsito dentro dela através de nossas representações teóricas”(AGUIAR, 2006, p.6).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Perseguir o objetivo em pauta conduz-me a um mergulho na compreensão do processo constitutivo do ser Professor Coordenador Pedagógico que exerce um papel social em uma configuração histórico-social determinada e determinante de significados que o constituem como tal. O que quer dizer, olhar esse profissional sob as perspectivas individual e social, sujeito e objeto de suas escolhas, conforme anunciam Placco e Souza (2006) ao abordarem sobre as diversas dimensões (como memória, subjetividade, metacognição, saberes da docência) que, no dizer das autoras, não se sobrepõem, mas se integram para constituírem a identidade profissional docente.

Vale dizer que tais aspectos, não se descolam das experiências vivenciadas tanto no âmbito familiar e profissional do sujeito em estudo; das suas elaborações e reelaborações ao longo do tempo; dos seus afetos; enfim, da sua história de vida. As autoras consideram que o trabalho coletivo, em que se propicie espaço para trocas de experiências, se traduz em uma rica ferramenta para o desenvolvimento profissional docente.

Nesta direção, este projeto busca na Psicologia da Educação os referenciais de compreensão, de direcionamento teórico-metodológico para a construção de uma proposta de trabalho que viabilize a discussão de uma Política de Formação Continuada para os PCP da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Estado de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J. A pesquisa em psicologia sócio histórica: contribuições para o debate metodológico. In: Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M., Furtado, O. (Org.). **Psicologia Sócio histórica** - uma perspectiva crítica. Ed. Cortez, 2006.

BRASIL (1996): **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9496/20/12/1996**. Brasília: MEC.

GARRIDO, E. Espaço de formação continuada para o professor-coordenador. In BRUNO, E. B. G.O et all (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GUMARÃES, A. A. O professor-coordenador e as atividades de início de ano. In BRUNO, E. B. G.O et all (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 9 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MATE, C. H. Qual a identidade do professor coordenador pedagógico? In GUIMARÃES, A. A. et all. **O coordenador pedagógico e a educação continuada**. 10 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MATO GROSSO. **Lei Estadual nº 7.040, de 01/10/98**. Disponível em <http://www.sad-legislacao.mt.gov.br/Aplicativos/Sad-Legislacao/legislacaosad>. Acesso em 02 out. 2010.

_____. **Lei Complementar 206, de 29/12/2004**. Disponível em http://www.seduc.mt.gov.br/download_file.php?id=8770&parent=56. Acesso em 02 out. 2010.

PLACCO, M. N. & SILVA, H. S. A formação do professor: reflexões, desafios, perspectivas. In BRUNO, E. B. G.O et all (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação docente**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

PLACCO, V.M.N.S. e Souza, V.L.T. **Aprendizagem do Adulto Professor**. Edições Loyola. 2006